

José Célio Freire¹ Bianca Bandeira Miranda² Évinly Sousa Brito³

Resumo

O artigo apresenta um estudo teórico sobre a relação entre a dimensão ética e a saúde do trabalhador no âmbito do capitalismo cognitivo-cultural. Abordaremos temas como “governo das vontades”, “psicologização” das relações sociais, “flexibilização”, “individualização do trabalho” e “paradigma da ativação”, e os confrontaremos com teses da ética da alteridade radical de Emmanuel Lévinas, e as consequências dessas questões para a saúde do trabalhador. Também será analisado o caráter moralizador desse discurso, no sentido de “psicologizar” espaços e fenômenos sociais, de modo a culpabilizar e despolitizar os indivíduos e desresponsabilizar o Estado. O “método” utilizado foi o analítico-crítico, com uma perspectiva qualitativa e de caráter eminentemente teórico, com viés desconstrucionista, pois o fenômeno estudado tem natureza polissêmica e se apresenta como capaz de ser disseminado em relação a vários campos de práticas sociais. Na discussão, trazemos a análise dos aspectos encontrados no sistema capitalista tardio a partir da perspectiva ética levinasiana, apontando as decorrências sociais que são encobertas no discurso do mercado.

Palavras-chave: Ética; alteridade radical; capitalismo cognitivo-cultural; saúde do trabalhador

Abstract

This article presents a theoretical study about the relationship between ethics and workers' health on the cognitive-cultural capitalism context. We discuss issues such as “government of will”, “psychologization” of the social relations, “flexibility”, “work individualization,” and “paradigm of activation”, and confront these issues with the ethical thesis of the radical alterity (or radical otherness), discussed by Emmanuel Levinas, and consequences of these issues for the workers' health. We also analyze the moralizer nature of this speech, which “psychologize” spaces and social phenomena so as to depoliticize and blame individuals and indemnify the State. An analytical and critical method was used in this study, with a qualitative perspective and a eminently theoretical character, with deconstructionist purpose, once the studied phenomenon has polysemic nature and presents itself as capable of being spread over the several fields of social practices. In the discussion topic, we analyze aspects found in the capitalist system, from a levinasian ethical perspective, emphasizing the social consequences that are hidden in the market speech.

Keywords: Ethics; radical alterity; cognitive-cultural capitalism; workers' health

¹ Professor Doutor em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (jceliofreire@gmail.com)

² Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (miranda.psicoufc@gmail.com)

³ Évinly Sousa Brito - Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (evinly.sousa@gmail.com)

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho têm se modificado a partir de discursos propagados pelo capitalismo contemporâneo, que geram consequências para o modo de organização social ao alterar a maneira como o trabalhador se vê e é visto em sociedade. A função desses discursos individualizantes é persuadir os sujeitos de que suas atitudes podem explicar a situação em que eles se encontram, ou seja, que sua condição no mercado de trabalho é apenas um reflexo dos seus problemas individuais (Serrano & Crespo, 2007, p. 382).

Com a crise nas salvaguardas de proteção social advindas do liberalismo econômico vivido nas últimas décadas, novos paradigmas de intervenção passaram a converter as políticas de emprego e as relações sociais em dilemas pessoais e déficits psicológicos. Isto ocorre por conta da mudança no cenário econômico mundial do capitalismo financeiro para o capitalismo cognitivo, onde a impermanência e a insegurança são preferíveis, pois neste âmbito os discursos individualistas e moralizadores podem legitimar-se dentro das empresas, o que (2001, p. 8) chamará de Modernidade Líquida. Estas novas políticas de emprego contribuem para a produção de sujeitos que não reconhecem sua pertinência aos contextos sociais de que fazem parte.

Isso ocorre dada a falta de reconhecimento das situações de vulnerabilidade e exclusão do mercado de trabalho decorrentes das relações assimétricas de poder dentro da sociedade (Serrano, Rodriguez & Leiras, 2012, p. 42) e também pelo discurso neoliberal que incita à liberdade sob forma de competição entre os indivíduos (Saraiva & Veiga-Neto, 2009, p. 3).

Na busca do entendimento deste novo momento servimo-nos da expressão “capitalismo cognitivo-cultural” para definir este modo avançado do capitalismo moderno tardio em que a atividade produtiva está perpassada por tecnologias di-

gitais e formas organizacionais flexíveis, e onde se dá a inovação contínua, a diversidade de produtos e a prestação de serviços personalizados (Scott, 2007). Neste modelo, os setores-chave da economia são a manufatura com tecnologia intensiva, a multiplicação dos serviços e a produção neoartesanal, que operam a partir da desrotinização dos processos de mão de obra e da desestandardização dos produtos. No âmbito do emprego se dão a flexibilização e a desestabilização radicais, o que aponta para a precarização do trabalho. No que tange às exigências sobre o trabalhador, há uma forte intensificação da competência, gerando uma nova elite laboral e uma nova fração proletária (Scott, 2007).

MÉTODO

Para este trabalho, utilizamos o “método” desconstrucionista de leitura de Jacques Derrida, que se dá aqui no questionamento da estrutura discursiva oferecida pelo capitalismo cognitivo-cultural para trazer à baila os elementos que formam este discurso, mas que se encontram em situação de invisibilidade.

Esta estratégia, no entanto, não se dá por uma “lógica da inversão” ou da subversão, no sentido de negação da ordem, mas nos questionamentos da hierarquia, da oposição que subordina e que “pretende excluir aquilo que, na verdade, continua a fazer parte de um sistema” (Lima & Siscar, 2000). O “método desconstrucionista”, se assim podemos dizer, entende que um fenômeno só existe e pode ser compreendido a partir daquilo que ele não é e daquilo a que ele se opõe. Logo, quando nos deparamos com um discurso, vemos nele a ênfase em determinados conceitos e aspectos, mas para entendermos *como* este discurso se constrói e onde está realmente enraizado, devemos colocar o foco sobre o oposto destes conceitos e aspectos. Melhor dizendo, esta desconstru-

ção se dá a partir do próprio fenômeno ou discurso, desvelando suas reais intenções.

Este posicionamento de Jacques Derrida procura mostrar, também, que “o Outro é essencial à compreensão de Si Mesmo, e, em função disso, não pode ser considerado como algo meramente acidental e secundário” (Vasconcelos, 2003). Isto ocorre porque, ao dar ênfase a um aspecto em detrimento do outro, forma-se uma hierarquia nas ideias a serem disseminadas e esta hegemonia de um conceito é enganosa, pois apenas aparenta excluir o seu oposto, mas na verdade é justamente a presença daquilo que lhe é contrário que torna possível sua própria existência. Sobre isto, Derrida (1975, p. 53-54) afirma que para fazer este trabalho de desconstrução deve-se ter ciência de que “um dos dois termos domina o outro (axiologicamente, logicamente, etc.), ocupa o cimo. Desconstruir a oposição é primeiro, num determinado momento, derrubar a hierarquia”.

A seguir, faremos a análise das principais categorias que formam o discurso do capitalismo cognitivo-cultural para justificar a “ética do mercado”, levando em conta a estratégia de leitura proposta por Derrida. Posteriormente, discutimos a hegemonia desta ética baseada no poder econômico de grupos e indivíduos em relação à ética da alteridade radical de Lévinas, considerando suas respectivas consequências para a saúde dos trabalhadores.

DESPOLITIZAÇÃO/MORALIZAÇÃO DO TRABALHO

A despolitização é um processo que interfere no reconhecimento do sujeito quanto ao contexto social em que ele está inserido. Os dilemas coletivos vividos no âmbito do trabalho são desencadeados e reorganizados em um discurso que ludibria os indivíduos acerca dos fatos sociais que ocasionaram o problema, transferindo a responsabilidade para os aspectos pessoais dos trabalhadores.

Portanto, esse processo de despolitização da regulação e governo do trabalho caminha junto à *repolitização* dos indivíduos no sentido da produção de políticas individualizantes. Esse tipo de intervenção implica em uma injunção das responsabilidades frente à exclusão social, e também na interpretação das questões sociais, em termos individuais e morais, tornando-as problemas de motivação pessoal, enquanto a natureza política e social da exclusão não é sequer mencionada (Serrano & Crespo, 2007, p. 383-384).

De acordo com Serrano e Crespo (2007), a moralização do trabalho se encontra no embate entre duas tensões: a tensão processo de naturalização *versus* processo de problematização; e a tensão processo de risco socializado *versus* processo de risco individualizado (Serrano & Crespo, 2007, p. 377). A naturalização, de certo modo, vem retirar ou omitir as relações de poder e desigualdade das questões sociais, delas desresponsabilizando o Estado e promovendo, portanto, a despolitização. De outro lado, a problematização vem questionar as injustiças sociais em suas dimensões morais e políticas, facilitando a politização (regulação coletiva) e tornando o social um espaço de intervenção pública (Serrano & Crespo, 2007, p. 378). Essa análise de tensões permite, segundo os autores, perceber os processos históricos de construção e reconstrução do trabalho/emprego, e nos oferece um panorama geral das novas formas de relação com o trabalho que são gestadas na sociedade de mercado.

Quando o ângulo pelo qual o problema analisado é movido do sujeito, a pessoa socialmente excluída, para o objeto, a exclusão social, na perspectiva política das leis do mercado, surge a demanda de intervenção estatal para prevenir e procurar livrar a sociedade deste fenômeno. Isto leva, por conseguinte, à mudança da perspectiva de “falha individual” para a perspectiva de

“risco social”, um problema social e político, e não psicológico (Serrano & Crespo, 2007, p. 378-379).

PSICOLOGIZAÇÃO

As relações sociais e laborais que mantêm o sistema capitalista requisitam, desde sua implantação até hoje, uma nova forma de organização ideológica para justificar seus objetivos e os meios dos quais se utiliza para tal manipulação. Um aspecto que dá forma a essa mudança ideológica é a ênfase dada ao governo da subjetividade (deve partir dos indivíduos a “vontade” de forjar seu próprio destino), existindo, portanto, uma negação dos aspectos políticos e coletivos das questões do trabalho. O Estado se torna, então, Estado Terapêutico; as políticas sociais se tornam políticas contra a dependência; a dependência se torna patologia moral e os trabalhadores sociais, engenheiros (ou profissionais da engenharia) da subjetividade. Deste modo, há uma apelação à norma da autonomia e da responsabilidade individual, que corre em paralelo a um crescente processo de vulnerabilização política (Serrano, Rodriguez & Leiras, 2012, p. 43).

Esse excesso de individualização nas relações laborais presentes nesse novo capitalismo afeta o sujeito de uma forma que a psicologia social denominou de psicologização:

“La psicologización la consideramos como una tecnología de lo social orientada a la producción de subjetividades, por medio de la cual los problemas sociales son transformados en problemas personales, mediante el recurso a conceptos y explicaciones de corte psicológico individual. La psicologización es una característica central del nuevo capitalismo” (Crespo & Serrano, 2011, p. 248).

O indivíduo investe na sua formação profissional para conseguir o retorno deste investimento pela venda da sua mão de obra, logo podemos dizer que o trabalhador é empresário de si mesmo. “La psicologización forma parte de un proceso de producción política de lugares comunes como supuestos no problemáticos, dados por descontado” (Crespo & Serrano, 2011, p. 249). Uma de suas características principais é que ela é, segundo Crespo e Serrano (2011), uma tecnologia moral, política e de interpelação que produz sujeitos, autodemandas e é atribuidora de responsabilidades. Dessa maneira, a psicologização é uma prática discursiva que cria e legitima um tipo de sujeito.

O sujeito que está inserido nesse contexto, o sujeito psicologizado, “es un sujeto entendido de modo asocial, en el que la noción de cohesión social es secundaria” (Crespo & Serrano, 2011, p. 250).

ATIVACÃO

Crespo e Serrano (2011) afirmam que no atual cenário trabalhista mundial surge um novo paradigma, o *paradigma da ativação*, no qual a ativação se mostra como um conjunto de políticas de emprego que redefine as relações entre o indivíduo e o coletivo social ao demandar uma gestão individualizada do risco, que deixa de apresentar seu aspecto político para ser concebido como algo inevitável e necessário para o bem estar individual e crescimento econômico (Serrano, Rodriguez & Leiras, 2012, p. 44).

A ativação engloba uma ampla gama de políticas de emprego com lógicas e nuances muito diferentes em função das tradições culturais e políticas de cada país, todas elas partindo de uma nova reformulação da relação entre direitos e responsabilidades entre o desempregado e as autoridades públicas (Serrano, Rodriguez & Leiras, 2012, p. 44).

A ativação congrega “un conjunto de técnicas aseguradoras, dirigidas a la prevención de la dependencia y a producir sujetos activos, empleables, adaptados a las nuevas condiciones, a promover, em definitiva, el gobierno de uno mismo” (Crespo & Serrano, 2011, p. 258).

O discurso da ativação (*empowerment* sem autoridade) é um discurso que desafia os cidadãos a se darem conta de sua possível força e potencialidades (ambição, criação, otimismo, dinamismo, inovação, desenvolvimento, autonomia, etc.) para conseguir um emprego sem “depende” do Estado para tal, o que torna a condição de desemprego uma condição moral e particular dos sujeitos (Serrano & Crespo, 2007, p. 382-383). A participação proativa do trabalhador deve ser ideológica ou atitudinal, assim como produtiva, porque de acordo com esse paradigma, o objetivo desta regulação não é garantir os direitos dos cidadãos, mas sim valorizar e conceber situações onde o trabalho compensa (Serrano & Crespo, 2007, p. 382).

O problema estaria, então, em como o mercado opera, e não nas qualificações e capacidades cognitivas dos trabalhadores. Nesse caso, a responsabilidade para reformular esse modo de operação do mercado seria social e exigiria a adaptação do mercado para a sociedade em que ele está inserido, levando em consideração as questões particulares de cada país, não a adaptação dos indivíduos aos perfis exigidos pelo mercado.

As políticas públicas fomentam uma autonomia do sujeito para que ele tenha liberdade de fazer um plano de carreira, um plano de vida, que, segundo Crespo e Serrano (2011), são técnicas que induzem à obrigação de um governo de si. Porém, tal liberdade os torna vulneráveis, uma vez que não têm seus direitos assegurados pelas políticas de emprego.

Assim, as políticas de ativação surgem para produzir nos indivíduos técnicas

para que eles desenvolvam a capacidade de se governar. Com o objetivo de diminuir o desemprego, essas políticas acabam por se utilizar do biopoder para justificar a produção de sujeitos normatizados:

Esta producción de sujetos se lleva a cabo a partir de tres prácticas consistentes en a) el disciplinamiento/normalización (empleabilidad: norma de empleo y distancia al empleo), b) la vigilancia, c) la intervención terapéutica (modelo de intervención paternalista cuyo rasgo fundamental sería la medicalización terapéutica) (Schram, 2000 como citado em Crespo & Serrano; 2011, p. 259)

Desse modo, os problemas econômicos e políticos se tornam vontades pessoais e motivos íntimos ao indivíduo, estimulando assim a despolitização do conflito social. Logo, “Se omite la emergencia del carácter sociopolítico de la exclusión social, al anular el nexo causal que pueda establecerse con la relaciones [sic] de poder y opresión” (Crespo & Serrano, 2011, p. 259). Esse tipo de intervenção retira a autonomia de agência do indivíduo, tornando-o inativo e passivo na questão de combater o risco de dependência.

FLEXIBILIDADE/FLEXIGURIDADE

O discurso da flexibilidade se apresenta na troca entre o modelo de cidadania social, em que os indivíduos eram protegidos das mudanças do mercado de trabalho, para uma cidadania econômica em que o trabalhador, enquanto indivíduo, segundo Crespo, Revilla e Serrano (2009, p. 91) se mostra incondicionalmente disponível em relação às demandas do mercado.

Para a aceitação e instalação dessa nova ordem, o discurso liberal teve um papel crucial. Baseado nos ideais do Ilumi-

nismo “ênfatiza uma abstracta igualdad, libertad y autonomía del sujeto, movido naturalmente por “pasiones” (interés individual, cálculo racional, fe en el progreso, deseo de poseer bienes, motivación sin límite por el afán de ganancia y de lucro, etc.)” (Crespo, Revilla & Serrano, 2009, p. 87). As leis de mercado são responsáveis, segundo Crespo, Revilla e Serrano (2009, p. 87) pela sorte do sujeito no trabalho, e a atividade que produz o seu sustento passa a ser considerada como mercadoria, mas avessa a qualquer regulação externa a do próprio mercado.

É nesse contexto que surge o termo “flexiguridade”, advindo das palavras “flexibilidade” e “seguridade”, que, normalmente têm significados antagônicos. Essa nova expressão vem para conciliar as vozes dos trabalhadores e dos empregadores. Como afirmam Crespo e Serrano (2011, p. 256) “la noción mixta de flexiguridad re-significa este antagonismo, facilitando la coexistência de lo diferente (y desigual), que deja así de aparecer como excluyente”.

Para a noção de flexiguridade tornar-se mais clara faremos a divisão de seus termos. O primeiro, flexibilidade, tem como o objetivo expressar a necessidade de um novo modo de regular as relações de trabalho. Já o significado de seguridade (proteção frente ao risco), se transforma de um princípio em torno do qual se articula o estado social protetor em ‘capacidade de adaptação à mudança’ (Crespo & Serrano, 2013, p. 1118).

Isso traz de volta as metáforas do acaso e da incerteza acerca do trabalho. De maneira geral, os indivíduos passam a crer que o mercado é regido por forças que não cabe a ninguém controlá-las, levando os indivíduos a uma sensação de insegurança imanente e permanente (Crespo, Revilla & Serrano; 2009, p. 93). Os indivíduos são obrigados a constantemente se reinventarem para responder a demandas sociais que estão em constante mudança e que muitas vezes são contraditórias.

PATOLOGIZAÇÃO DO TRABALHO

Antes de tratarmos do processo de patologização do trabalho é importante termos um referencial teórico acerca das noções de saúde, doença, normal e patológico. Para tal, partiremos da teoria de Georges Canguilhem, filósofo francês que se dedicou ao estudos desses conceitos.

Canguilhem considera que a norma é “um objeto ou fato normal [que] se caracteriza por ser tomado como ponto de referência em relação a objetos ou fatos ainda à espera de serem classificados como tal” (Coelho & Filho, 1999, p.18). Logo, as normas existem para organizar aquilo que está fora delas, ou seja, o anormal. Jogando isso para o campo da saúde, “o patológico também seria normal, pois a experiência do ser vivo incluiria a doença” (Coelho & Filho, 1999, p.19). Dentro desse contexto, a doença seria tudo o que a norma não delimita, e a saúde se constituiria na retomada ao estado normativo.

No que tange à relação entre saúde e doença, de acordo com Coelho e Filho (2002, p.322), a saúde é uma norma de vida superior, enquanto a doença é uma norma de vida inferior. Uma vez que a saúde define-se pela abertura às transformações e pela determinação de novas normas, o patológico corresponde à incapacidade de mudança e à obediência irrestrita a uma norma. A normatividade é a capacidade de criar novas normas, e segundo Coelho e Filho (2002, p.322), ela compõe uma das dimensões da saúde. Sendo assim, cada indivíduo é capaz de identificar quando está ou não saudável.

Em relação às normas, Coelho e Filho (2002, p.322) afirmam que estas não são universais, que variam entre os indivíduos. Além do mais, essa variação da norma deixa dúvidas as definições de saúde e doença, uma vez que a norma pode divergir em um mesmo indivíduo ao longo do tempo, tornando-se difícil propor uma conceituação geral.

No mundo do trabalho, Bendassolli (2011, p. 73) propõe uma divisão temática dos sofrimentos mais comuns, baseada na divisão feita por Lulhier (Bendassolli, 2011, p. 72), que são patologias da atividade impedida ou “aprimorada”, patologias da solidão e equivocidade, patologias dos maus-tratos e da violência, e patologias da performance.

O primeiro grupo de patologias diz respeito tanto a distúrbios relacionados com a atividade repetitiva em excesso (como a lesão por esforço repetitivo - LER) e sobrecarga de responsabilidades que pode acarretar em níveis danosos de estresse e na síndrome de *burnout*, caracterizando as patologias “aprimoradas”. Também estão nesse grupo os sofrimentos ligados à “situação de des-obraimento imposto - como por exemplo, o desemprego” (Bendassolli, 2011, p. 73). Bendassolli expõe que “o trabalho diz respeito ao confronto do sujeito com o real, sendo o meio pelo qual ele consegue se inscrever numa obra coletiva e, ao mesmo tempo, personalizar-se” (2011, p. 73). Desta forma, quando o indivíduo encontra-se na condição de desempregado, pode acontecer de ele se sentir tolhido por não ter como provar seu valor para a comunidade que o cerca, além de não poder exercitar sua dimensão criativa por meio de uma atividade, o que é parte integrante do seu psiquismo.

O segundo grupo de patologias tem como tema central a precariedade dos coletivos de trabalhadores, decorrido do processo de individualização da sociedade ocidental que no âmbito laboral é marcado pelas “[...] novas modalidades de gestão de pessoas, tais como remuneração individualizada (baseada em metas individuais), desenvolvimento individual de carreira, avaliação de desempenho individual, ameaças de rebaixamento e demissão [...]” (Bendassolli, 2011, p. 74). O resultado disso é a privação da participação do trabalhador nos espaços de discussão de temas referentes

ao seu trabalho, além de diminuição do reconhecimento pelo outro de sua atividade. Em relação à equivocidade do trabalho, um fator que é gerador de sofrimento no trabalho é a distância entre a atividade que o indivíduo realiza e a atividade como ele gostaria de realizar, bem como o estabelecimento de padrões de qualidade dúbios. Esse tipo de situação pode gerar uma espécie de sofrimento moral por parte do trabalhador por não ter sua atividade reconhecida. Um exemplo disso são os trabalhadores que exercem atividades consideradas invisíveis em que “há uma negação do trabalho do outro e um apagamento do sujeito que trabalha” (Bendassolli, 2011, p. 74).

As patologias dos maus-tratos e da violência congregam os sofrimentos decorrentes de heteroagressividades (erros intencionais, vandalismos), de autoagressividades (sofrimentos causados pelo sujeito a ele mesmo) e do assédio moral, geralmente ocasionado pela falta de mediação entre os trabalhadores. No assédio moral

“um sujeito usa da prerrogativa de sua posição para colocar outro sujeito em situações-limite, tais como exigir deste último um desempenho incompatível com suas possibilidades, humilhá-lo pelo fato de não conseguir corresponder ao desejo de excelência em questão (Aubert & Gaulejac, 2007), ou mesmo maltratá-lo simbolicamente ou fisicamente” (Bendassolli, 2011, p. 75)

Por fim, as patologias de performance que dizem respeito, em linhas gerais, ao sentimento de incompetência que o indivíduo sente quando não consegue atingir as metas estabelecidas tanto por ele mesmo quanto impostas por outrem. Nesse grupo há vários tipos de sofrimentos como o decorrente da inadequação da “vontade” do cliente (ou chefe) com a do trabalhador, e os citados pela linha da psicossociologia francesa:

“o sofrimento decorrente de uma lógica gerencial contraditória, exigindo, ao mesmo tempo, participação e iniciativa do trabalhador e conformidade e adesão à cultura da organização (Freitas, 2005); o sofrimento associado à “captura” da subjetividade como nova forma de dominação (Gaulejac, 2005); o sofrimento ligado às contradições da “hipermodernidade” (Aubert, 2010).” (Bendassolli, 2011, p. 75).

De forma geral, foram tratadas nesse tópico duas visões de saúde, uma mais geral, e outra mais específica ao mundo do trabalhador. Agora analisaremos como as características do capitalismo cognitivo-cultural influenciam no adoecimento do indivíduo no âmbito do trabalho, a partir de uma escuta ética propiciada pela perspectiva da alteridade radical, de Emmanuel Lévinas.

DISCUSSÃO

Os aspectos da nova configuração da relação laboral apontados (flexibilização, ativação, moralização e psicologização) são os principais pilares das mudanças ocorridas nas políticas de trabalho contemporâneas. Como apontado por Serrano e Crespo (2007), a transferência da responsabilidade de um problema social estrutural para as características individuais do sujeito tem consequências nas práticas cotidianas de relações sociais, assim como afeta psicologicamente os indivíduos que são capturados por esses discursos.

As mudanças nos modos de significar o trabalho, a partir da flexibilização e da ativação, desembocam em um processo de moralização do trabalho (Serrano & Crespo, 2007, p. 383-384). No meio laboral, passa a ser construída e legitimada um tipo de ética que se coloca como à parte das práticas sociais, a “ética do mercado”: “O efeito

de tal mudança na sociedade de consumo é a fragilização das rotinas – tudo está fadado a perecer, e cada vez mais rápido – e a acentuação do individualismo leva à alienação da esfera pública” (SIMS, 2013). Isto porque a ideologia individualista prioriza a competição e o mérito individual, que são características fundamentais para o sistema capitalista de governo, que vêm sendo naturalizadas, como se fossem inerentes ao mundo do trabalho (Serrano & Crespo, 2007, p. 383).

A subjetividade se torna espaço de regulação política e as condições econômicas e o mercado são despolitizados, o que reforça a fragilização dos trabalhadores e a precarização de suas experiências no espaço laboral e fora dele. Os trabalhadores têm um constante sentimento de instabilidade, pois sua sorte está jogada nas “leis do mercado”, mas apesar da instabilidade ser posta como natural ao âmbito mercadológico, a responsabilidade pelas falhas e crises que podem ocorrer nele são colocadas nos atributos psicológicos dos indivíduos (Crespo, Revilla & Serrano, 2009).

Após esboçar as mudanças que estão ocorrendo no cenário laboral, tentaremos analisar a chamada “ética do mercado” a partir do modelo ético proposto por Emmanuel Lévinas, a fim de compreender a influência que o capitalismo cognitivo-cultural exerce nos atuais processos de adoecimento dos trabalhadores. Iremos sustentar que a ética do mercado vai de encontro à ética levinasiana, pois incita práticas cada vez mais individualizantes, que por sua vez são adoecedoras.

A ética da alteridade radical, de Emmanuel Lévinas, ao ser confrontada com o modelo moralizador do capitalismo cognitivo-cultural pode nos apontar suas consequências negativas para a saúde do trabalhador. Tal modelo ético supõe uma anterioridade do Outro perante o Mesmo ou perante Mim que implica no respeito à alteridade, portanto à diferença, mas também

uma responsabilidade indeclinável para com outrem. Parte-se da estrutura mesma da subjetividade como responsabilidade - *ser já é ser para* outrem - o que implica na promoção da socialidade a ponto de ter que ver o outro, e todos os outros, em primeiro lugar.

Ora, tal proposição ética colide de forma peremptória com o ideal da “ética de mercado”, se nos forçarmos a assim nomear, pois não se trata de responsabilizar o outro, mas, pelo contrário, de nos responsabilizarmos por ele, e por todos os outros, no contexto social. Trata-se, *a fortiori*, de ver não somente o Estado, mas a todos nós, como co-responsáveis por todos, diferentemente da moral individualista do capitalismo contemporâneo. Se entendermos que a estrutura mesma de nossa subjetividade é forjada na responsabilidade por outrem, poderemos admitir que afastar-se desta condição implicaria numa destituição do sujeito e, por via de consequência, no seu adoecimento.

Porém esta interpretação não nos levaria a compreender o “adoecimento” do outro, a não ser em relação aos seus outros. Parece que temos um limite aqui, que nos impede de enxergar, pelo ponto de vista levinasiano, o adoecimento do trabalhador neste modelo de mercado. Mas vejamos tal fenômeno por outro ângulo. Ao ser culpabilizado por seu desempenho mediano ou pela perda de seu posto de trabalho, o trabalhador assume uma culpa que não é sua. Como vimos um pouco mais atrás, a responsabilidade seria do Estado, em última instância, ou de todos nós que fazemos a sociedade, se fizermos uma leitura mais levinasiana.

Podemos então entender que todos “adoecemos” dentro deste modelo societário e que o trabalho sendo o centro da realidade social, conforme Louis Le Guillant, seria também a causa do sofrimento e da alienação dos trabalhadores (Lima, 1998). Isso tem repercussões patológicas, prin-

cipalmente no modelo capitalista, que se exime da culpa do não cuidado para com outrem. O próprio trabalhador, inclusive, não assume sua responsabilidade perante todos porque obrigado a responder somente perante si. A autonomia e a cidadania do outro são feridas, pois passam a ser econômicas, a partir da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que este outro é meu concorrente e pode tirar a minha cidadania e autonomia. Os indivíduos competem entre si, sem proteção frente à assimetria de poder do sistema.

Noutra esfera, podemos entender a ausência cada vez maior de lutas sindicais nos espaços laborais como outra forma de desresponsabilização da sociedade em relação aos trabalhadores.

Temos aqui que, para além de um adoecimento psíquico, já tratado por outros autores (Hegenberg, 1998; Lima, 1998; Linhares & Siqueira, 2014; Mendes & Dias, 1991; Nunes, 1998; Santaella, 2007; Vieira, 2007), proveniente do excesso de cobrança do trabalhador frente às suas atividades, haveria um “adoecimento” de outra ordem. Seja pela rotinização, precarização, sobretrabalho, etc. , seja pelos mecanismos tratados antes neste texto - psicologização, ativação e flexibilidade -, trata-se da perda da condição de sujeito pelo afastamento de sua estrutura primordial de ser pelo e para o outro.

Os trabalhadores, neste novo paradigma, são suscetíveis de déficits de formação, de vontade ou personalidade, cujo modelo de intervenção para combater a atitude de passividade, ou uma situação de dependência, é o modelo paternalista de medicalização terapêutica (Schram, 2000 como citado em Pascual, Rodriguez & Leiras, 2012), como se a dependência do Estado Social se tratasse de uma enfermidade a ser combatida. A ideia deste modelo de intervenção é de que o Estado favoreça a lógica do mercado e que sua intervenção na

economia desapareça ou torne-se uma burocracia mínima para reforçar o gerenciamento individual e gerar um trabalhador mais “empregável”.

Ao tornar-se este sujeito pró-ativo e autônomo, o outro se torna um *meio* para algo, pois é coisificado e visto como obstáculo. O outro restringe o meu acesso à liberdade, então devo trabalhar para competir com ele e subjugar-lo. Pode-se perceber que, no capitalismo cognitivo-cultural, a alteridade do outro e de todos os outros é violentada, e nesta tentativa de subjugar o outro em prol de mim mesmo as relações sociais são fragilizadas. A “elite criadora” (Scott, 2007), nascida nesse modelo avançado de capitalismo, age sob a égide da competição a mais individualista, e um novo tipo de proletariado surge composto por aqueles que não conseguem atingir os níveis cognitivos impostos por tal “avanço”. Bauman (2004, p. 96) afirma que “a solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor”. Não é à toa que os benefícios e salvaguardas que mantinham as classes trabalhadoras coesas foram os primeiros a sofrer os efeitos desta nova “ética do mercado”.

Já em uma perspectiva levinasiana, o outro é o *fim*, é para o qual eu me dirijo e a quem devo responder socialmente e subjetivamente, pois é o outro que me constitui. Eu estou sempre em dívida para com o outro e com todos os outros, então reajo a esse outro que exige de mim responsabilidade a fim de garantir a este outro segurança, hospitalidade, etc. Bauman (2004), ao afirmar que o amor ao próximo e o amor próprio não são apenas produto básico de um instinto de sobrevivência, aponta que “o amor próprio é construído a partir do amor que nos é oferecido por outros”. É necessário, antes, sermos reconhecidos e amados por um *outro* para que possamos nos reconhecer como sujeitos dignos, pois “se os *outros* me respeitam, deve haver em mim algo que só eu posso lhes oferecer. (...)”

Eu sou importante, e o que penso e digo também é. Não sou uma cifra, facilmente substituída e descartada” (Bauman, 2004, p. 100).

A nosso ver, o que acontece no cotidiano laboral é o contrário do que vemos na ética levinasiana. As empresas fazem com que seus funcionários (ou colaboradores) atinjam metas, cumpram regras que lhes são impostas, dando pouco crédito a suas opiniões e sugestões, o que está em acordo com os pressupostos do capitalismo cognitivo-cultural. Essas e outras exigências típicas desta forma avançada de capitalismo fazem dos indivíduos meras ferramentas das organizações, ou seja, meios para se atingir determinados fins. No caso, fins econômico-financeiros.

As patologias do trabalho citadas no tópico anterior se inserem no contexto em que o trabalho muitas vezes se configura como precário e perde suas garantias sociais, em que os trabalhadores têm, com maior frequência, acumulado funções ou trabalhado sob regimes com horários justapostos. A partir disso, as categorias patológicas trazidas por Bendassolli (2011) se inserem nessa discussão por terem seunexo causal ligado a essas novas características laborais.

O primeiro grupo de patologias, as de aprisionamento, se relaciona tanto com a ideia de estressamento pelo trabalho quanto como pela condição do indivíduo estar desempregado ser adoecedora. Sem estar empregado, o trabalhador perde seu status de cidadão na sociedade, uma vez que, segundo Crespo (2009), o trabalho é pré-requisito para a condição de cidadão econômico. De um ponto de vista ético o indivíduo não deveria ser excluído do grupo por encontrar-se em uma situação economicamente inativa que não foi causada por ele, mas pelo modo como o sistema capitalista funciona, tendo como consequências o desemprego estrutural e conjuntural. Cuidar do outro, neste caso, é cuidar para que não

lhe falte o trabalho. Mas se este lhe falta, que não falte o amparo, a garantia de subsistência digna.

As patologias ligadas à solidão e equivocidade se referem ao dismantelamento dos coletivos de trabalho e ao sofrimento referente à atividade não-reconhecida. Atualmente, é sabido que os sindicatos e outros coletivos de trabalhadores estão perdendo força na luta pelos direitos dos trabalhadores. O aspecto individualista desse tipo de patologia tem suas bases no modelo sócio-econômico da atualidade. A fragilidade das relações citada na obra de Bauman (2004), os aspectos de psicologização e o paradigma da ativação relatados por Crespo e Serrano (2009) e Crespo, Revilla e Serrano (2012) e a alta competitividade do modelo neoliberal contribuem para que o indivíduo dependa unicamente dele mesmo. Numa visada levinasiana, deveríamos atentar para além de ser com o outro, sermos por ele e, em última instância, sermos todos por todos, o que garantiria a dimensão de sociabilidade necessária a uma luta comum. Em relação ao aspecto da equivocidade é contraditório em relação à ética radical, pois o Eu deveria reconhecer a atividade exercida pelo Outro. Além do que esse Outro deveria se reconhecer em sua atividade, exercê-la da forma como a significa, ou seja, de como gostaria de a realizar. Se isso acontecesse, esse aspecto não existiria no conjunto das patologias do trabalho.

O terceiro grupo de patologias, referente aos maus-tratos e violências, trata do assédio moral. A incongruência com a ideia levinasiana de responsabilidade pelo Outro fica evidenciada. Para Lévinas, o Outro é mais importante que o Eu, pois, de acordo com sua formulação filosófica, é preferível uma agressão sofrida a uma agressão cometida. Logo, a responsabilidade por Outrem, pelo outro e por todos os outros, nos impele à não-violência. Responsabilidade e respeito se aproximam aqui de tal forma que ao lhe (ao Outro) responder o confirmamos.

O quarto grupo se constitui pelas patologias da performance, por exemplo, o “valor” da produtividade máxima interiorizado pelos indivíduos. De acordo com Bendassolli (2005) a cultura da performance requer que o indivíduo esteja no controle de sua vida, ou seja “ser empreendedor de sua própria vida”. Nesse artigo, Bendassolli traz como consequência negativa do culto à performance o fomento da cultura da terapia, em que a pessoa busca ajuda profissional na forma de consultoria, “coaching” ou terapia. Dois infortúnios estão relacionados a essa aspecto: “quando torna o indivíduo dependente do apoio especializado; e, segundo, quando reduz e simplifica as causas de problemas a questões puramente individuais” (Bendassolli, 2005, p. 47). Outra consequência negativa é a pressão em busca dos resultados. O indivíduo deve estar sempre pronto para resolver qualquer problema, a qualquer hora, o que pode acarretar em elevação nos níveis de estresse e levar à depressão. Por fim, a última consequência negativa é o atrito decorrente das práticas empreendedoras, que se configura no conflito entre “uma forte pressão pelo individualismo empreendedor, que leva à busca da diferenciação pessoal e da competição entre pares” (Bendassolli, 2005, p. 49) e a pressão para a manutenção do *status quo* por meio de métodos de acomodação grupal. Aqui podemos ver como, num confronto com a perspectiva ética levinasiana, se dá a ênfase no “cuidado de si” e não no “cuidado do outro que si” (Freire, 2002). Ao invés de a exigência ser no sentido de cuidar do outro, exigência esta feita a todos nós ou à sociedade, ela se dá como exigência de desempenho e competitividade que adoce o indivíduo por sua capacidade de estressamento.

CONCLUSÃO

Ao longo deste texto, refletimos sobre as vicissitudes de um modelo avançado de capitalismo tardio, aqui tomado como

“cognitivo-cultural”, que despolitiza o trabalho ao mesmo tempo em que o moraliza, afastando-o de suas causas político-sociais e culpabilizando os trabalhadores pelas consequências nefastas que aquele promove. Para isto se utiliza tanto da psicologização do trabalho quanto da exigência de uma submissão ao princípio da ativação, pela via da exacerbação da autonomia, da patologização do trabalhador, da responsabilização individual e da vulnerabilização política.

Este “paradigma da ativação” exige indivíduos ativos, empregáveis e adaptáveis, capazes de autogovernarem-se. Tais trabalhadores devem se submeter à situação de flexibilidade, ou seja, de flexibilidade e de segurança, onde o primeiro termo remonta à flexibilidade dos modos de trabalho e o segundo, de forma inusual, à capacidade de adaptação a estes. Trata-se de fato de um escamoteamento da insegurança trazida pelas flexíveis relações de trabalho modernas tardias. Já a patologização do trabalho aponta para as consequências de tais condições nefastas sobre a saúde do trabalhador. Sejam as patologias que aprisionam e discriminam, sejam as que individualizam e invisibilizam, sejam as que violentam ou mesmo as que estressam, todas elas geram indivíduos adoecidos, que não conseguem se manter na condição de sujeitos.

De um ponto de vista eminentemente ético, recai sobre nós, todos que fazemos este tipo de sociedade, a exigência de sobrepor-nos a esse modelo “cognitivo-cultural” e efetivarmos uma guinada em direção ao Outro, ao seu cuidado e à responsabilidade por ele que, segundo Emmanuel Lévinas, constitui a estrutura mesma da nossa subjetividade. Faz-se necessária essa saída da norma individualista do paradigma da ativação, para que possamos compreender os fenômenos de adoecimento no âmbito laboral não como déficits psicológicos, mas a partir das consequências que uma superestrutura política e econômica baseada

na moralização dos indivíduos traz para a saúde dos trabalhadores.

Compreender que as decorrências adoecedoras encontradas no capitalismo cognitivo-cultural são produto da chamada “ética do mercado” é enxergar que o sistema capitalista tardio investe discursivamente nas relações sociais, intervindo no modo como as pessoas constroem essas relações a partir do uso de atributos e conceitos psicológicos individuais como causas de determinadas situações que são substancialmente sociais.

Descartar a política do Eu Mesmo em detrimento do Outro e adotar uma perspectiva ética levinasiana seria transformá-nos em indivíduos socialmente responsáveis, à medida que perceberíamos a necessidade ética de respondermos ao Outro e a todos os outros, não apenas a nós mesmos. Deste modo, problemas no mundo do trabalho, por exemplo, seriam entendidos em um contexto mais amplo, sem a constante culpabilização do indivíduo que trabalha.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bendassolli, P. F. (2011). Mal estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11(1), 65-99.
- Coelho, M. T. Á. D., & Almeida Filho, N. D. (1999). Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 9(1), 13-36.
- Coelho, M. T. Á. D., & Almeida Filho, N. D. (2002). Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, 9(2), 315-333.

- Crespo, E. (2009). Las morales del trabajo. In E. Crespo, C. Prieto & A. Serrano (Ed.), *Trabajo, subjetividad y ciudadanía. Paradojas del empleo en una sociedad en transformación* (pp.39-62). Madrid: Editorial Complutense.
- Crespo, E., & Serrano, A. (2013). Paradoxes of European Employment Policies: From Fairness towards Therapy. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1113-1126.
- Crespo, E., Revilla, J. C., & Serrano, A. (2009). Del gobierno del trabajo al gobierno de las voluntades: el caso de la activación. *Psicoperspectivas. Individuo y sociedad*, 8(2), 82-101.
- Crespo, E., Prieto, C. & Serrano, A. (2009). *Trabajo, subjetividad y ciudadanía: paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. Madrid: Editorial Complutense.
- Crespo, E. & Serrano, A. (2011). Regulación del trabajo y el gobierno de la subjetividad: la psicologización política del trabajo. In A. Ovejero y J. Ramos (Coords.), *Psicología Social Crítica* (pp.246-263). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- Freire, J. C. (2002). *O lugar do outro na modernidade tardia*. São Paulo: Annablume Editora. Fortaleza: Secult.
- Lima, É., & Siscar, M. (2000). O decálogo da desconstrução: tradução e desconstrução na obra de Jaques Derrida. *ALFA: Revista de Lingüística*, 44(n.esp.), pp.99-112.
- Lima, M. E. A. (1998). A psicopatologia do trabalho. *Psicologia: ciência e profissão*, 18(2), 10-15.
- Pascual, A. S., Fernández Rodríguez, C. J., & Leiras, A. A. (2012). Ingenierías de la subjetividad: el caso de la orientación para el empleo. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, 138(1), 41-62.
- Saraiva, K., & Veiga-Neto, A. (2009). Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. *Educação & Realidade*, 34(2), 187-201.
- Scott, A. J. (2007). ¿Capitalismo y urbanización en una nueva clave? La dimensión cognitivo-cultural. *Tabula Rasa*, (6), 195-217.
- Serrano Pascual, A., & Crespo Suárez, E. (2007). The government of activation policies by EU institutions. *International journal of sociology and social policy*, 27(9/10), 376-386.
- Vasconcelos, J. A. (2003). O que é a desconstrução? *Revista de Filosofia*, 15(17), 73-78.

RECEBIDO EM: 20/04/2016

APROVADO EM: 22/06/2016